

CORREIO DE
CAMPINASPOR
RAQUEL VALLI

O campineiro Carlos Sampaio, deputado federal (PSD-SP)

Carlão se compromete a ajudar comissão independente de GMs

A comissão independente dos guardas municipais de Campinas procurou o deputado federal Carlos Sampaio (PSD-SP) para ajudá-la em relação às reivindicações da tropa cujo ponto principal é a incorporação definitiva do Adicional de Risco de Vida (ARV) ao soldo. A comissão também solicita a implantação do plano de cargos e carreiras parado há 15 anos, o reajuste salarial de 20% baseado na defasagem indicada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e a mediação, por parte da prefeitura, com a Polícia Federal, a fim de assegurar o porte de arma aos agentes da reserva. Sampaio foi o primeiro Secretário de Assuntos de Segurança Pública de Campinas, em 1996, e o autor da lei que implantou a Guarda Municipal na cidade.

Análise jurídica

Sampaio, que também é advogado, comprometeu-se a analisar a questão sob o aspecto técnico, avaliando as possibilidades legais para atender às solicitações da comissão. Comprometeu-se ainda a realizar um encaminhamento político junto ao presidente da Câmara, vereador Luiz Rossini, e ao prefeito Dário Saadi, ambos do Republicanos-SP, para buscar, de forma conjunta, uma solução para o assunto, que classificou como extremamente relevante para os trabalhadores.

FIRMINO PITON/ PREFEITURA DE CAMPINAS



Guarda Municipal durante operação no Centro de Campinas

Prefeitura e sindicato

A prefeitura de Campinas se reuniu nesta terça-feira (8) com o Sindicato dos Servidores Municipais de Campinas (STMC) para tratar das pautas da corporação. Ficou definido que os pedidos de progressão vertical, reenquadramento, fim de travas na carreira e oferta de cursos na academia serão avaliados pelas Secretarias de Gestão e de Justiça quanto à viabilidade legal. Sobre o porte de arma para aposentados, o governo informou que a lei atual o proíbe e que a liberação depende de projeto em Brasília.

Alternativas

Já a comissão independente dos guardas busca alternativas proativas, especialmente sobre o ARV. Discorda da postura da prefeitura, que aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para alterar a lei orgânica e ajustar o benefício, após o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) decidir que o pagamento cessará em dezembro. O STMC informou que os advogados do sindicato acompanham a tramitação.

PINGA-FOGO

Genius Loci

A cogitação por parte do governador Tarcísio de Freitas (Republicação-SP) de demolir o Instituto Adolfo Lutz para erguer um hospital digital é um despropósito. A modernização médica é louvável, mas não pode ocorrer à custa da destruição de um edifício centenário - um marco histórico que preserva a identidade paulista.

Firmitas Sacra

Além da questão arquitetônica em si, o prédio abriga um acervo insubstituível de amostras biológicas cujo transporte poria em risco décadas de pesquisas fundamentais e contínuas, que são vitais para a segurança da saúde pública não só de São Paulo, mas de todo o país. A ciência não se apaga em nome do progresso imediato.

Ratio Quebrada

Tarcísio argumenta que a localização não está definida e que foi uma ideia preliminar. Contudo, há devaneios que, por sua flagrante insensatez, jamais deveriam vir a público. Ideias absurdas revelam falta de planejamento institucional e agredem a integridade cultural de uma sociedade, sobretudo vindas de forasteiros.

Venustas Violada

Imagine-se, por exemplo, a reação dos fluminenses se as autoridades locais cogitassem demolir o Cristo Redentor sob o pretexto de erguer no espaço um outro monumento. A hipótese geraria escândalo global. O patrimônio histórico não pode ser tratado como um espaço vazio ou obsoleto para novas construções.

Memoria Futuri

Neste sentido, destaca-se a iniciativa da vereadora de Campinas Fernanda Souto (PSol), que é médica e autora de moção de repúdio que condena as intenções do Executivo Estadual. A parlamentar age corretamente em defesa da ciência. Já ao governador, carioca, cabe demonstrar respeito à história paulista.

Utilitas Perpetua

A preservação do Instituto Adolfo Lutz assegura que a modernidade não destrua as bases do conhecimento científico nacional. O avanço tecnológico deve caminhar lado a lado com a proteção da memória pública. Proteger esse patrimônio secular significa resguardar a própria soberania da saúde no país.



Comissão Processante investiga o vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP)

CP marca depoimento de Vini para 4 de agosto

Comissão apura se o vereador praticou infrações político-administrativas

Por Raquel Valli

O depoimento do vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) na Comissão Processante que apura se o parlamentar praticou infrações político-administrativas está agendado para 4 de agosto, às 14h, no plenário da Câmara Municipal. Além da oitiva do denunciado, a comissão divulgou também o cronograma dos depoimentos das testemunhas, sendo que no dia 3 serão ouvidas as de acusação, indicadas pela denunciante, a vereadora Mariana Conti (PSol-SP), e, no dia 4, as da defesa e a do vereador.

A CP fará a notificação das testemunhas arroladas, mas compete exclusivamente às partes envolvidas assegurar a presença dos indicados, porque o colegiado não tem força legal para determinar a condução coercitiva das testemunhas, caso não desejem comparecer. A comissão é composta pelo presidente Paulo Haddad (PSD-SP), pelo relator Otto Alejandro (PL-SP) e por Dr. Yanko (PP-SP).

DENÚNCIA

A investigação baseia-se em imagens que registraram Vini em Paulínia, na sede da empresa de ônibus Smile, que faz parte de um dos consórcios que ganharam a licitação

do transporte público de Campinas, saindo da viação com um malote suspeito cujo conteúdo é desconhecido.

Todavia, a defesa contesta as irregularidades e alega que a presença do vereador no local se deu para o cumprimento de atividades de fiscalização do mandato, sustentando que na caixa havia documentos de uma denúncia que o vereador fez ao Ministério Público.

DEPOENTES

A lista de depoimentos aponta que no dia 3 de agosto, às 9h30, serão ouvidos Merciana Alves dos Santos Franca, Norival Antônio do Prado e Weltem Franca Souto Ferreira, e, às 14h, Paula Anely Sikansi, Luciano Cristian de Paula e Emerson de Jesus.

Já no dia 4 de agosto, às 9h30, serão ouvidos Henrique Madson Berteli Eloy e Marco Antonio Castiglieri, e às 14h, Vini Oliveira.

PROVAS

A comissão solicitou ao Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) do MP o compartilhamento das provas da denúncia, entre as quais, a íntegra do vídeo citado no processo e a cópia dos documentos protocolados por Vini no Ministério Público.